

Reconfiguração do Sindicalismo docente na Rede Estadual de Educação no Piauí no final dos anos 1980

Romildo de Castro Araújo¹

Resumo

O presente artigo discute concepção e prática sindical no processo de reorganização do movimento docente na rede estadual de educação no Piauí, na segunda metade dos anos de 1980, quando se origina o denominado “Novo Sindicalismo” entre os professores. Partiremos de três questões norteadoras: i. Que concepção de sindicato optou o professorado nesse contexto? ii. Quais formas de ação foram empreendidas pela categoria? iii. Como esta nova prática e concepção influenciaram a reorganização dos professores? Dialogamos com a concepção materialista histórica e dialética e as noções de experiência e memória coletiva. As fontes de informações consistem de periódicos das entidades, publicações em jornais de circulação estadual e depoimentos de lideranças que participaram dessas lutas.

Palavras chaves: Novo Sindicalismo. Concepção e Prática. Professores.

Abstract

This article discusses design and trade union practice in the teaching movement reorganization of the state system of education in Piauí, in the second half of the 1980s, when it gives the so-called "New Syndicalism" among teachers. We leave three guiding questions: i. That union of design chosen the teaching profession in this context? ii. What forms of action have been undertaken by category? iii. As this new practice and design influenced the reorganization of teachers? We dialogued with the historical materialist and dialectical conceptions and notions of experience and collective memory. The information sources consist of periodic entities, publications in state newspapers and testimonials from leaders who participated in these struggles.

Keywords: New Syndicalism. Conception and Practice. Teachers.

¹ Doutorando em educação pela UFU e professor da Universidade Federal do Piauí - CSHNB. E-mail: araujo_romildo@hotmail.com

Introdução

A década de 1980 entrou para a história do movimento de professores como um dos momentos de maiores desafios encontrados na trajetória organizativa desses profissionais no Piauí. É quando se concretiza o processo de superação da concepção e prática de organização ao velho estilo sindical, utilizado até então. Só foi possível essa superação com as mudanças no contexto da situação política. Ao longo dessa história, diferentes estratégias surgem em contextos distintos da luta do professorado. Isso ocorre tanto nas lutas mais gerais como nas mais específicas.

A discussão sobre sindicalismo de professores vem sendo marcada historicamente por um debate sobre a natureza do trabalho docente. Que tipo de trabalho realizaria o professor? Quanto a isso, Diniz afirma: “A isto chamamos de trabalho social. Nesse trabalho, aqueles que antes eram considerados “intelectuais” são inseridos mais diretamente no processo produtivo e sofrem um processo de proletarização, com uma queda visível dos níveis salariais, e suas condições de trabalho e de vida são precarizadas.” (DINIZ, 2015, p.07)

Compreendemos o fenômeno de reconfiguração do movimento de professores como um processo de reorganização, que se inicia a partir de uma tomada de consciência dos professores que definem as novas estratégias de organização e ação que vão constituindo o Novo Sindicalismo docente no Piauí.

Procuramos perceber nesse trabalho, sobretudo, as estratégias de organização e ação docente. Assim, visamos reconstruir a história das mobilizações, dialogando com as falas que buscam compreender a importância da ação coletiva. No resgate da história da organização sindical dos professores, destacamos a ascensão das mobilizações, o caráter das reivindicações, a consolidação

do sindicalismo classista e a emergência do professorado como uma força social de grande relevância na sociedade piauiense. Assim destacamos uma nova prática docente sindical, ressaltando os espaços dos movimentos grevistas, seus embates, nos quais o coletivo é redescoberto como representação das necessidades da categoria.

O presente trabalho se divide em três tópicos: o primeiro trata da concepção de sindicato pela qual optou o professorado nesse contexto; em seguida aborda as formas de ação empreendidas pela categoria e, por último, discorre acerca de como a nova prática e concepção influenciaram na reorganização dos professores. Concluímos reconhecendo que uma movimentação acirrada aconteceu no enfrentamento com o Estado, os governos e as políticas educacionais adotadas, culminando em movimentos grevistas. A fase anterior, marcada pelo caráter associativista, mudaria como parte de longas transformações, cujas experiências vão traçando novos caminhos. Um extenso fio conduz o movimento até a segunda metade dos anos de 1980, quando mudanças qualitativas ocorrem no movimento de professores.

O fio condutor das experiências coletivas

O trabalho que aqui apresentamos nasce do interesse de contribuir com o campo que vem se formando no resgate da história da organização sindical docente. É parte da reflexão que surge das experiências das lutas coletivas e que tem na historiografia a possibilidade de uma crítica da realidade. Olhamos para a história dos trabalhadores em educação como parte da totalidade das relações existentes na sociedade capitalista. Como sugere Bauer (2011),

O estudo do passado não é uma atividade ou um esforço intelectual voltado para o seu próprio universo umbilical, como um fim em si mesmo, alicerçado numa pretensa autonomia do conhecimento histórico em relação às ciências humanas, sociais, políticas e, por conseguinte, à própria sociedade. O que conta para nós é pensar a sociedade e as suas permanências e transformações politicamente e o conhecimento histórico, profundo e sistemático, se coloca como probabilidade de fazê-lo.

O autor vai mais adiante e afirma: “A história nos ajuda na muitas vezes necessária elaboração de uma imagem do passado, porém é preciso reconhecer que esta está demasiadamente comprometida com os interesses hegemônicos na sociedade do presente” (idem, p.4). Mas é preciso entender que

[...] o Estado, por exemplo, dispõe de numerosos canais mediante os quais impõem sua versão do movimento social, evidentemente, comprometidas com a preservação do poder econômico e político que é o seu sustentáculo. O controle do Estado, argumenta esse autor, sobre a vida social e a construção da memória coletiva, atua sobre as fontes, desde a sua produção, circulação até o seu uso e tratamento analítico. (BAUER, 2011, p. 04)

A experiência vivenciada e pensada no calor da ação, permite, por sua vez, a formação de uma consciência social. Esta precisa ser entendida como aspiração e só ocorre como especificidade histórica. A história social compreende a complexidade em que os sujeitos se unem na construção da sua própria experiência, que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao his-

toriador já que se traduz numa resposta individual ou coletiva aos acontecimentos.

Os atores que protagonizaram o movimento de professores no Piauí, nos anos 1940, sequer cogitaram a organização sindical para além do associativismo dos catedráticos vitalícios. Embora fosse um empreendimento voltado para a rede particular, também estavam nas suas fileiras os professores da rede oficial de ensino teresinense.

Pelas reminiscências, um tanto raras, seria possível afirmar que este sindicalismo de professores, durante muito tempo, visou às escolas da rede particular, da qual os professores tiravam parte significativa de suas recompensas materiais. As esporádicas reuniões na casa Anísio Brito (antiga biblioteca pública) pautavam quase sempre problemas imediatos e as assembleias gerais quase sempre ocorriam para renovar a diretoria, como ocorreu em 1947. Reuniram-se para estudar a transformação da associação existente em sindicato e eleger a nova diretoria, quando assume sua presidência o prof. Celso Barros Coelho, quem, em uma entrevista com o autor deste texto, revelou que a mesma tinha sido fundada na casa de um professor, localizada numa das esquinas da Praça João Luís Ferreira. Ainda revelara que, na prática, não havia muita movimentação e que a mesma, por pouco, não ficava só no papel. Esse “por pouco” certamente se refere ao fato de que havia lutas esporádicas de professores na cidade.

Durante muitos anos, os professores secundários se organizaram independentemente das professoras primárias, as primeiras a se lançarem em manifestação pública com suas reivindicações. Para Galvão (Jornal do Piauí, 23/01/60), isso ocorreu através de uma campanha por melhores salários, organizada pelo Centro de Estudos e Recre-

ação do Magistério Piauiense (CER-MAP). Como Coloca Silva (2012), a feminização do magistério primário piauiense foi uma política dos governos para recrutar as mulheres visando a tratá-las como mão de obra mais barata voltada aos cuidados com as crianças, o que levaria o governo a minimizar os investimentos, principalmente com os salários. Evidentemente, essa visão do papel da mulher professora primária por parte dos representantes do Estado, sugere a aposta na sua incapacidade de organização.

Havia uma distinção entre professores do nível de ensino secundário e primário, embora ainda não existisse no Piauí uma agência voltada para a formação universitária dos mesmos. Os salários também eram diferenciados, e os primeiros recebiam os melhores e tinham padrão social mais elevado. Mas suas jornadas extensas de aula na rede particular e oficial geravam recorrentes reclamações reverberadas pela imprensa local, mas com poucas ações concretas, limitando-se a uma resistência mais latente. “Agita-se o mestre piauiense o dia inteiro, de um canto para outro, catando no comércio do ensino os magros cruzeiros com que pretende o milagre da sobrevivência” (SILVA, última página, 1964).

“O professorado do Piauí – público particular - viveu até há pouco tempo apático e indiferente às lutas reivindicatórias de melhores salários e vencimentos [...]” (DE UM OBSERVADOR, 1963, p. 01). Mas essa situação viria a ser superada nos anos de 1960, quando os professores inauguraram uma nova forma de organização e ação coletiva. Os contratos a título precário (remunerados com 150,00 cruzeiros) na rede oficial agrava a situação de crise do ensino público. Isso levaria à busca de estratégias de ação concretizada na realização

da primeira greve de professores no Piauí.

A importância de tratarmos aqui sobre a primeira greve, de 1963, se deve ao fato de que a mesma sinaliza mudanças de estratégias que indicam a admissão de outra concepção política no seio do sindicalismo docente, embora as amarras da legislação em vigor limitassem essas ações. Essa nova forma de pensar e agir mudou a organização do movimento e seus desdobramentos foram para além do esperado, pois a greve prevista para acontecer apenas na rede particular de ensino estende-se também para o setor público. Inaugura-se assim a greve como instrumento de luta do professorado oficial.

“O que se deve ressaltar nesse momento; o que se deve chamar a atenção da opinião pública, é que a classe, oprimida pelo salário de fome, sentiu na própria carne o doloroso agulhão da necessidade, e por isso transformou a indiferença, a passividade em ação decisiva”. (LEITE, 1964, p.07)

Aqui cabe lembrar Lênin no texto “A vida ensina” sobre a importância das greves: “A luta ensina. A luta real é a que melhor resolve as questões que ainda há pouco tempo eram tão discutidas” (LENIN, 1979). Ou seja, para este a luta educa a classe explorada, descobre o volume de sua força, amplia seus horizontes, eleva sua capacidade, clareia sua inteligência e forja sua vontade.

Aos professores da rede pública coube repensar suas práticas como resposta concreta aos problemas e aspirações, o que os levou à fundação de uma entidade representativa, que passou a representá-los a partir do ano de 1967, reforçada pelas mudanças nos marcos legais da carreira, além do crescimento quantitativo e da proletarização.

A Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial do Piauí (APE-MOP) era uma entidade de natureza as-

sociativa, mas com fortes características sindicais. Pode-se dizer que era uma entidade semi-sindical. Esse fato marca a abertura de um novo ciclo no movimento, diferindo-se pela sua organização sindical de caráter estadual, antes restrito a Teresina. (CASTRO, 2011, p.02).

No início da década de 1970, ampliou-se a base de representação, transformando a entidade existente em Associação dos Professores Piauienses (APEP), unificando a todos os níveis de ensino, inclusive universitário, quando passam a atuar em conjunto. Até o final da década, o movimento se limitou a defender a reestruturação da carreira, realizar o trabalho social e promover um direcionamento político para um processo de institucionalização das ações, devido à aproximação entre lideranças do movimento e os governos de Alberto Silva (ARENA - 1971-1975) e Dirceu Arcoverde (ARENA-1975-1978). Realizações e apoio do governo, com verbas para financiar projetos como o Clube dos Professores e definição de um estatuto da carreira foram bases para essa aliança política.

Esse período encerrou-se com o governo do Lucídio Portela, quando se recorreu a enfrentamentos mais diretos. Castro se refere a esse momento, afirmando que

O homem rancoroso e vingativo, o governador Lucídio Portela não dava colher de chá para professor. Na única audiência que concedeu, quando já eram tensas as relações com a classe, o irmão do senador Petrônio fez ouvido de mercador às reivindicações dos mestres e tratou seus representantes com extrema indelicadeza. Foi curto e grosso. E a partir daí as portas do palácio do Karnak fecharam-se para os líderes do magistério estadual e até para o presidente da Confederação dos Professores do Brasil.

*Porque professor, fosse daqui ou de fora, era considerado **persona non grata** para o governo do Piauí. (Ibid)*

Essa mesma política sindical foi desenvolvida nos anos de 1980, mas com um diferencial. Era cada vez menor a margem da atuação que restou ao velho estilo sindical corporativista, assistencialista e diretamente dependente dos sucessivos governos. Nessa década, os dois governos que se seguiram tiveram a sorte de a hegemonia no movimento de professores ainda estar sob o controle do velho estilo dirigente.

A heterogeneidade das novas formas de pensamento do movimento de professores¹ levou os professores a optarem por um sindicato com mesma estratégia organizativa e modelo de ação baseado nos sindicatos operários. Isso por que as aspirações existentes eram cada vez mais coletivas, devido ao assalariamento do professorado. Inaugura-se um novo ciclo de lutas, com as concepções e práticas sindicais que têm a greve e a mobilização social como veículos principais do enfrentamento de classes proposto pelo Novo Sindicalismo, uma nova orientação político-sindical que ascende e se torna hegemônica entre os professores.

Virada para novo sindicalismo docente

A expressão Novo Sindicalismo nomeou o período histórico do movimento sindical iniciado com as lutas salariais(1977) e com a eclosão do movimento grevista do final dessa década que, a partir da fábrica da SCANIA de São Bernardo(SP), dissemina-se pelo país envolvendo muitas categorias. O movimento sindical nascido com as greves de 1978 no ABC paulista, tem suas raí-

¹ Militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) fizeram parte das últimas gestões na direção da APEP em unidade com os grupos do velho estilo que historicamente comandaram a entidade.

zes num amplo movimento social que veio se desenvolvendo nos anos da ditadura. (ZANETTI, 1993)

A década de 1980 foi para o sindicalismo, no país, repleta de novidades, em um novo contexto em que as greves se tornam de massa no campo e na cidade, provocam o confronto com o regime militar nos seus últimos suspiros, dá-se a luta em meio à recessão, surgem novas lideranças e encaminha-se a proposta de fundação das centrais sindicais, além de um forte processo de renovação das direções sindicais e fundação de sindicatos nos serviços públicos. É importante compreender que o Novo Sindicalismo no Brasil é uma renovação de estratégias organizativas e políticas combinada com a renovação das direções e surgimento de uma concepção de sindicatos autônomos.

O país começa a década com uma lentidão absurda nos níveis de escolarização e uma taxa de abandono e reprovação consideráveis. O país entrava na chamada década perdida também na educação. A situação de precariedade da educação pública nesses anos, decorrente de uma política tecnicista das duas décadas anteriores, de reformas dos governos militares, motivava muitas reclamações por parte do movimento docente. Os dados do Censo Demográfico do Brasil de 1980, no que se refere ao setor educação, parecem bastante deprimentes. A taxa de escolarização no Piauí era adversa em todos os sentidos e trazia à tona um perfil educacional não muito diferente dos anos de 1970. Os anos de 1980 foram críticos para o magistério que sofreu as conseqüências de um sistema educacional anacrônico com pontos de estrangulamento visíveis (WILLADINO, 1984).

As condições materiais podem ser ilustradas na fala do professor Alberico dos Santos, quando diz que [...] “a cada dia os problemas se acumulam, sem que

haja soluções”. Como exemplo, disse ele que “nas escolas públicas do Piauí, faltam carteiras, giz, lápis, livros e até lâmpadas” (Jornal O Dia, 31/03/1989, p.02). A mudança na política educacional fazia parte das reivindicações para legitimar o movimento frente à sociedade, uma vez que discutindo questões referentes à oferta e qualidade do ensino, seria possível atrair apelo popular também para as questões relacionadas ao salário. Aqui surgem as condições concretas e objetivas para a criação de um sindicalismo de tipo diferente na categoria de professores. Quanto a isso,

O atual movimento de professores da rede pública de primeiro e segundo graus no Brasil tende a articular-se em torno de três eixos. Sobre a questão salarial assenta sem dúvida a ampla base de massa do movimento. Há, por outro lado, uma discussão relativa aos rumos da educação e à “qualidade” do ensino. Por último, propõe-se também como necessária uma democratização geral da estrutura de poder no interior do sistema escolar. (PERALVA, 1988, p.15)

No país, como expressão maior do Novo Sindicalismo, surge a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais. Estas assumem outros princípios que fundamentaram a organização e estratégias de ação dos trabalhadores naquele contexto de mudanças. No livro “CUT ontem e hoje” os autores elencam como princípios fundamentais da central: o classismo, independência da classe, socialismo, democracia interna como condição indispensável, sindicalismo de base e de massas. Esses conceitos, dentro do ideário cutista estão interligados. São enfoques diferentes de uma mesma idéia, que nasce da crítica ao populismo na política e na prática sindical.

“A CUT, comparada com o resto do sindicalismo brasileiro que permane-

ceu fora dela assumia o ideário e uma prática marcada pela radicalidade (Ibid). São esses princípios que guiaram, por um bom tempo, as práticas sindicais e as formas de organização.

A APEP surge como um componente diferenciado do sindicalismo piauiense, ainda assim, como afirma Reses (2015), o sindicalismo de professores se constitui de forma tardia. O autor parte do pressuposto de que a [...] “organização sindical de professores da educação básica ocorreu em dissonância com a necessidade de conquista de direitos há mais tempo, pois as condições de trabalho dos professores eram aviltantes como as dos operários, quando esses resolvem se organizar sindicalmente”. (RÊSES, 2015, p.20)

Buscando teorizar e encontrar uma abordagem capaz de responder as razões do seu caráter tardio, identifica algumas características específicas deste movimento como o trabalho não material. Mas é na construção de sua subjetividade que se encontra o elemento capaz de oferecer a resposta. Evidentemente os professores não se apropriaram dos princípios cutistas mencionados anteriormente, como ocorreu com os operários, haja vista o surgimento tardio e as especificidades do sindicalismo docente.

Aqui a concretude (se expressa na nova configuração surgida da combinação e relação dos acontecimentos até aqui combinados (KOSIK, 1996) Sem querer conhecer e exaurir todos os fatos, compreendemos que até aqui já é possível falar de uma nova realidade no movimento. O Novo Sindicalismo docente é a expressão concreta de uma concepção e se traduz numa estratégia de ação que tem no coletivo sua propriedade.

Com relação às concepções que existiam no interior do movimento que se gestava, havia forte influência de correntes político-ideológicas, que teria um

traço de continuidades, pois, segundo Rodrigues (1991, 41),

Ocorre que a reorganização do movimento sindical, notadamente o esforço em direção à formação das entidades nacionais, como as centrais, foram amplamente promovidas por corrente político-partidárias. Algumas delas existiam antes dos regimes militares (caso dos dois partidos comunistas, das organizações trotskistas, do trabalhismo, do nacionalismo populista, especialmente); outras tendências e organizações políticas haviam se formado no processo de luta contra os governos militares, como os movimentos de guerrilha; outras resultam da atuação da igreja e de entidades católicas [...]

No tocante aos professores no Piauí, estes grupos vão assumir os debates sobre que estratégias organizativas adotar, já que “[...] a luta sindical é uma luta necessária, não apenas enquanto determinação própria da condição do trabalho assalariado, mas como meio de catalisar a consciência de classe”. (ALVES, 2003, 290)

A direção do movimento passa por mudanças em março de 1988, quando a Chapa “Pó de Giz” assume efetivamente a direção da APEP. Depois de duas tentativas, forma-se uma aliança entre as correntes de esquerda contra a direção arenista. Mas como se forja essa nova direção?

Sobre as tendências que compõem o Novo Sindicalismo docente no Piauí, Miranda (2015, P.02) ressalta:

Do que recordo, as pessoas que estavam na linha de frente da Oposição, vinham do movimento estudantil, das organizações de esquerda e da igreja combativa

(especialmente da pastoral operária, se não me falha a memória) e isso tudo, contribuiu para que essa relação com o movimento fosse natural. Ademais, havia o Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC, que apoiava a Oposição e que tinha suas vinculações com o novo sindicalismo.

As práticas e experiências sistemáticas de educação ou formação sindical sempre fizeram parte da história do movimento sindical brasileiro, adquirindo características e matizes diferentes (MANFREDE, 1996). O papel do CEPAC era conferir mais planejamento ao processo formativo, dirigido por um grupo de intelectuais orgânicos que promoviam a formação de lideranças e movimentos sociais. O Centro foi importante no despertar da consciência de classe entre as lideranças e no apoio aos grupos que se formavam por categoria na renovação do movimento sindical no Piauí.

Embates e politização

Para Halbwachs, "não é possível reter uma massa de lembranças em todas as suas sutilezas e nos mais precisos detalhes, a não ser com a condição de colocar em ação todos os recursos da memória coletiva" (HALBWACHS, 2003, p.187). Aqui realizamos o esforço de dialogar com a memória de vários sujeitos na tentativa de extrair uma leitura capaz de entender com que estratégias atuou o sindicalismo docente nessa nova fase.

Na segunda metade dos anos de 1980, a representação sindical dos professores colocava como aspiração central o processo de profissionalização, envolvendo a definição de um novo estatuto do magistério, lei na qual se definiria um piso salarial e mecanismos de ascensão na carreira. Anos se

passaram para que a lei fosse aprovada nos limites da proposta administrativa aplicada durante aqueles anos. O discurso do governo de que os professores receberiam o salário que mereciam, portanto "melhores salários", esteve presente na imprensa local escrita. Essa expressão "melhores salários" vai fazer parte dos discursos de ambos os lados, governos e professores, nos embates diante da grave situação da categoria. "O que falta ao magistério piauiense é um salário melhor, mas vamos chegar lá, a partir do próximo ano, quando os professores terão os salários que merecem". (Jornal O Dia, 09/11/1988, p.07)

Diferentes grupos de professores alimentavam grande expectativa nas eleições da APEP de novembro de 1988, momento importante de grandes movimentações na disputa dos rumos do sindicalismo docente. Uma nova orientação política ocupava cada vez mais espaço e se credenciava como alternativa à velha direção. A "Chapa Pó de Giz" venceu as eleições numa composição que envolvia vários agrupamentos. Assim foi divulgado o resultado do pleito:

No dia 09 de novembro de 1988, em meio a mais uma greve, os professores piauienses foram às urnas para escolher o sucessor de Francisco Soares Santos no comando da APEP. Três chapas participavam do pleito: Unidade e Independência, encabeçada por José Rodrigues de Oliveira, com o apoio da diretoria da entidade; Construção e Ação, que tinha o apoio da Secretaria de Educação e era encabeçada pelo professor João Cordeiro; e Pó de Giz, que reunia os professores petistas e tinha como presidente o professor João de Deus. (CASTRO, 2003. 181)

Aconteceram mudanças significativas no movimento de professores com a chegada das correntes de esquerda à direção da APEP.² Essas lideranças eram a expressão do Novo Sindicalismo. Ao assumirem a direção da entidade, essas correntes passaram a aproximar o movimento de professores das lutas mais gerais dos trabalhadores brasileiros, procurando desenvolver uma nova consciência da realidade social. Essas lideranças ascenderam gradativamente, pois antes haviam composto representações de base como Comandos de Greve e Comissões de Negociação. Assim, dialogavam sobre suas posições com amplos setores envolvidos na luta.

As campanhas salariais assumiam um novo formato e montavam pautas de reivindicações em torno das quais realizavam o chamado trabalho de base para aglutinar os professores. A campanha de 1988, que reivindicou 100% de reposição salarial sinalizou uma grande participação, pois reivindica o piso salarial do DIEESE, cerca de Cz\$ 434,89 (quatrocentos e trinta e quatro cruzados e oitenta e nove centavos). Além disso, falava-se em direitos constitucionais, como pagamento de 13º salário, um terço de férias, concurso público, democratização das escolas e salários móveis. (Jornal O Dia, 11/11/1988, p.03),

Os contatos com o interior do Piauí cresceram através das campanhas reivindicatórias e fizeram surgir as sub-sedes, que realizaram um trabalho de base mais amplo que fortaleceria o poder de mobilização. A adesão de

idades influentes como Campo Maior, Barras, Picos e Paranaíba (Jornal “O Dia”, 21/04/1989, p.02), torna-se importante para a estruturação e fortalecimento e crescimento da entidade. Essas estratégias desencadearam a publicização do crescimento da entidade, como explica Gonçalves:

Na tentativa de aglutinar cada vez mais filiados, a estratégia utilizada pela diretoria envolve a publicização do número de sócios e a relação com outras categorias profissionais para estimular a filiação, bem como a utilização de análise através de gráficos nos jornais da categoria informando as conquistas e os desafios para a construção de uma entidade cada vez mais forte, com um número cada vez maior de sócios. (GONÇALVES, 2013, p.190)

Os núcleos regionais seguem como parte da estrutura da entidade, em sintonia com a representação estadual, para expandir e unir forças no sentido da consolidação da interiorização do movimento. Assim, o ano de 1989 tornou-se significativo para a reconfiguração do movimento de professores da rede estadual de educação por conta dos embates, que consolidam o ciclo no processo de organização e luta dos professores do ensino básico, tendo como signo a estratégia de enfrentamento político que envolvia os professores e utilizava método de ação direta. “Os professores da rede de ensino fazem manifestação às 16 horas de hoje, na Praça da Bandeira. A seguir, sairão em passeata pelas principais ruas do centro comercial até a Praça Pedro II, onde farão um ato público”. (Jornal O Dia, 27/04/1989, p.04).

² Lideranças ligadas naquele contexto construíam o Partido dos Trabalhadores (PT) e Central Única dos Trabalhadores (CUT). Estas lideranças assumiam como correntes tais como: Força Socialista (Lujam Miranda), Convergência Socialista (Lourdes Melo), Articulação Sindical (João de Deus), Ainda tinha influência Alberico Soares (Pastoral Operária).

A greve de 1989³ trouxe novas reflexões acerca do papel do movimento de professores e da sua importância na dinâmica política da sociedade piauiense. A defesa do ensino público de qualidade associado às questões da categoria dava mais força às ações. Era uma maneira de apostar na organização da comunidade escolar a partir das aspirações por melhoria da qualidade do ensino. O Novo Sindicalismo docente passa a dialogar com a comunidade, buscando provocar repercussão e se fortalecer, já que as atitudes políticas questionavam os planos de governo, numa combinação de interesses sociais. Esse caráter diferencia de toda a história recente o movimento na segunda metade dos anos 1980. Tenta-se localizar as greves no contexto social, fazendo desse instrumento algo transformador da realidade social, política e econômica.

Nas reivindicações, percebe-se a tentativa de universalizar um projeto político que contemplasse as classes populares beneficiadas com escola pública estadual, tendo como centralidade o público como bem comum. Essa concepção de sindicalismo envolve também uma compreensão da conjuntura geral, das relações de forças, a produção de uma consciência social e organização da comunidade escolar em torno da defesa da escola pública.

As estratégias organizativas também envolviam ações mais gerais estabelecendo as relações entre o particular e o processo mais geral. Pode-se ilustrar isso com as resoluções votadas no 22º Congresso da Confederação dos Trabalhadores em Educação (ex-CPB), que chama à paralisação dos professores da rede oficial de todo o Brasil. Temas como reposição salarial, precarização das

condições de trabalho, nova LDB e crise da educação (Jornal O Dia, 29/03/1989, p.23), concretizam os discursos orientadores desse movimento, provocando o enfrentamento político com os governos, apesar das intimidações e a repressão policial.

De acordo com os policiais civis que interferiram na assembléia dos professores, tomando os instrumentos de propaganda dos grevistas como megafone e panfletagem, a ordem para levar os objetos partiu do secretário de Segurança Xavier Neto. Disse ainda o policial que caso os grevistas tentassem invadir o prédio da secretaria era para haver repressão no sentido de impedir a ação. Temendo agressões maiores, os professores resolveram realizar a assembléia fora do prédio e longe da polícia. (Jornal O Dia, 05/05/1989, p.3).

O apelo sistemático ao diálogo por parte do então Secretário de Educação João Henrique sinalizava o receio às novas estratégias de lutas da categoria, identificada com a onda de protestos que assolava o país durante a Nova República, submergida na crise de hiperinflação e recessão. Como parte dos embates políticos, uma guerra de informações sobre a greve se apresentava na imprensa: “Só trinta por cento das escolas param em Teresina”, anunciava o Jornal O Dia, de 24 de abril de 1989, versão dos representantes do governo Alberto Silva, cada vez mais desgastado pela ação do movimento de professores, que só recuou com as medidas extremas do governo.

Prisões e espancamentos ocorreram em meio à solenidade de reinauguração do prédio do Colégio Liceu Piauiense. Os professores estavam em greve há 112 dias e realizaram protesto para denunciar a situação das escolas.

³ Segundo o professor Alborino Teixeira, professor e liderança sindical integrante da Pastoral Operária, essa foi a greve mais longa da história sindical da categoria, tendo durado cerca de 112 dias.

Sob o comando do secretário de segurança, Xavier Neto, agentes do Departamento de Ordem política e Social (Dops) e tropas de choque da Polícia Militar (PM) prenderam, ontem às 10h, oito diretores da Associação dos Professores do Estado do Piauí (Apep), o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais, Kenard Krueel e espancaram 25 pessoas que participavam de uma manifestação contra o governador Alberto Silva (PMDB). (ibid)

Foram presas as professoras Maria Moura, Lujam Miranda, Francisca Nascimento, Tailândia Alencar, Sá Batista, Almir Marques, João de Deus, Manoel de Sousa, além do jornalista. Após o acontecido, a greve perdeu força e a categoria, reunida no Clube dos Professores, decidiu retornar ao trabalho em estado de greve.

O movimento foi repensado como espaço de politização. Assim, passaram a ocupar cada vez mais as praças públicas, procurando dar visibilidade ao movimento. Estes novos espaços buscam facilitar a participação dos associados e transformam-se no locus privilegiado onde se definem formas de organização e ação da categoria, antes limitados aos espaços do Clube do Professor. Outras ações também se fazem necessárias como as passeatas, a concentração pública (no Palácio de Karnak), encontros, congressos e disputas da política educacional. Toda essa movimentação exigiu das lideranças a aquisição de conhecimentos voltados para o funcionamento do sistema educacional, uma vez que os embates precisavam ser feitos de forma qualificada.

Algumas conclusões

Procuramos discutir as mudanças no movimento sindical de profes-

res piauienses motivadas pelo Novo Sindicalismo, na segunda metade dos anos de 1980. Diferentes configurações haviam surgido na história do associativismo e sindicalismo docente, que, a cada momento trilhou como fio condutor caminhos difíceis e complexos. O fio que conduziu o movimento até o Novo Sindicalismo foi longo, seu salto de qualidade aconteceu com os enfrentamentos na busca de atendimento das reivindicações, defesa de um projeto de escola pública gratuita e de qualidade e o reconhecimento social desses profissionais.

O Novo Sindicalismo docente traz consigo uma concepção diferente de sindicalismo de professores. Buscou superar o atrelamento aos governos e o corporativismo, modificando as estratégias de organização e ação coletivas, cujo princípio fundamental foi a autonomia do sindicato. As greves foram espaços de mobilização e idealizaram de forma mais consistente os embates, transformando a atividade sindical. Com forte influência das correntes de esquerda, esse sindicalismo vai assumindo a luta política concomitantemente com os embates em torno das aspirações da categoria.

Na teia da construção desse Novo Sindicalismo docente, teceram-se as condições para surgimento de uma nova consciência em si, do que seria ser trabalhador em educação como sujeito coletivo, uma aprendizagem cotidiana que nasceu nos embates, trazendo à tona novos ensinamentos adquiridos no processo de vivências e práticas organizativas. Ainda importa concluir que o movimento teve seu papel educativo, um espaço de trocas e reflexões sobre sua própria realidade social e política.

Referências

BAUER, Carlos. *Da importância da teoria na construção da história social da educação brasileira*. III Seminário da Rede de

- Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação.** Rio de Janeiro, 18 - 20 de abril de 2011.
- FRANÇA, Teones. *Sindicalismo no Brasil e estrutura sindical (1978-1997): rupturas e continuidades.* **Lutas & Resistências**, Londrina, n.2, p. 71-83, 1º sem. p. 75, 2007.
- GIANNOTTI, Vitor & NETO, Sebastião. **CUT ontem e hoje.** São Paulo: Vozes, 1991.
- GONÇALVES, Marli Clementino Gonçalves; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *A expansão do sindicalismo docente e a interiorização da estrutura do sindicato no Piauí (1970 a 2000).* **Anais do IV Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, Niterói, 18 - 20 de abril de 2013.** Brasília: Paralelo 15, p. 190, 2013.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- KOSIK, karel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Zorilio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição, p. 41-44, 1976.
- LENIN, Ulianov Vladimir Ilich. *A vida ensina.* In: LENIN, Ulianov V. I. **Sobre os sindicatos.** São Paulo: Editora Livramento, p. 227-228, 1979.
- MANFREDE, Sílvio Maria. **Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural.** São Paulo: Escrituras editora, 1996.
- SILVA, Edilene Lima da. **Educação feminina no ensino secundário piauiense [manuscrito]: da escolarização à profissionalização (1960-1982).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2012.
- OLÍMPIO, José. **APEP: Organização, Lutas e Conquistas.** Teresina, 2003.
- PERALVA, Angelina Teixeira. *E os movimentos de professores da rede pública?* **Cadernos de pesquisa.** USP, Fev. 1988
- RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: sindicalismo docente da educação básica.** Brasília: Paralelo 15, 2015.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *As tendências políticas na formação das centrais.* In: BOITO Jr. A, Armando (org) **O sindicalismo brasileiro nos anos de 1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 41, 1991.
- THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa - A Árvore da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VIANNA, Cláudia. *A produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero.* **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 77, Dezembro/2000.
- VICENTINI, Paula Perin. LUGLI, Rosário Genta. **História da Profissão docente no Brasil: representações em disputa.** São Paulo: Cortez editora, 2009.
- WILLADINO. Gildo. **A melhoria do perfil educacional brasileiro e os pontos de estrangulamento.** Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, 1984.
- ZANETTI, Lorenzo. **O "novo" no sindicalismo brasileiro: características, impasses e desafios.** Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas Instituto de Estudos Avançados em Educação. Rio de Janeiro, 1993.
- FONTES ORAIS E HEMEROGRÁFICAS**
- Alberto Silva garante melhores salários para os professores em 1989. *Jornal "O Dia"*, Ano37, n. 8842, p.07. 09/11/1988.
- Apep diz que a greve atinge 60 por cento da categoria. *Jornal "O Dia"*, Ano 38, n. 8915, p.02, 21/04/1989.

Associação dos Profissionais do Ensino Secundário e Primário e Auxiliar da Administração Escolar. *Edital de 1ª convocação da Assembléia Geral de 17 de Abril de 1950*. **Diário oficial do Estado**. 1º de Abril, 1950.

Associação dos Professores do estado do Piauí – APEP. *Estatuto*. **Diário Oficial do Estado**. 27 de agosto de 1973.

CASTRO, Olímpio. **Depoimento concedido a Romildo de Castro Araújo**. Teresina, junho de 2011.

Centro de Estudos e Recreação e formação do Magistério Primário - CERMAP. *Comunicado*. **Diário Oficial do Estado**. 5 de Julho, 1956.

DE UM OBSERVADOR. **A grave situação do magistério**. Jornal “*O Dia*”. ANO XII, nº 1087, p.01, 04/0463.

GALVÃO, Edmundo. *Professor primário Verso Reivindicação*. **Jornal do Piauí**. Ano IX, nº 788, p.2, 23/01/60.

LEITE, Cristina. *O sindicato dos professores*. Jornal “*O Dia*”. Ano XIV, nº 1195, p.07, 17/03/64.

MIRANDA, Lujan. **Depoimento concedido a Romildo de Castro Araújo**. Teresina, agosto de 2015.

Magistério Faz ato hoje na praça e uma passeata. Jornal “*O Dia*”. Ano 38, n. 8918, p.04, 27/04/1989.

PIAUI. *Lei 41 de 1970. Dispõe sobre o estatuto do Ensino Médio do estado e dá outras providências*. **Diário Oficial do Estado**. 14 de maio de 1970.

Protesto reúne mais de mil professores em frente ao de Karnak. Jornal “*O Dia*”. Ano 37, n.8843, p.03, 11/11/1988.

Professores fazem protesto. Jornal “*O Dia*”. Ano 38, nº 8818, p. 02, 31/03/1989.

Polícia reprime grevistas. Jornal “*O Dia*”. Ano 38, n.8720, p.3, 05/05/1989.

SILVA, Cunha e. *Uma greve justa*. Jornal “*O Dia*”. Ano XIV, nº 190, última página, 1964.

TEIXEIRA, Alborino. **Depoimento concedido a Romildo de Castro Araújo**. Teresina, junho de 2011.